



# DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NÚMERO — \$40

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se rechem 3 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As três séries . . . . .	Ano 360\$
A 1.ª série . . . . .	140\$
A 2.ª série . . . . .	120\$
A 3.ª série . . . . .	120\$
Semestre . . . . .	200\$
" . . . . .	80\$
" . . . . .	70\$
" . . . . .	70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4500 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

## SUMÁRIO

### Presidência do Conselho:

Rectificações ao Decreto-Lei n.º 40 397, que reorganiza os serviços da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

### Ministério do Interior:

**Portaria n.º 15 823** — Dá nova constituição ao quadro do pessoal de direcção e chefia do Dispensário Central de Higiene Social de Lisboa.

**Portaria n.º 15 824** — Dá nova constituição ao quadro do pessoal de direcção e chefia do Dispensário Central de Higiene Social do Porto.

**Portaria n.º 15 825** — Aprova o mapa da distribuição do pessoal não compreendido no quadro do Dispensário Central de Higiene Social de Lisboa.

**Portaria n.º 15 826** — Aprova o mapa da distribuição do pessoal não compreendido no quadro do Dispensário Central de Higiene Social do Porto.

de 1945: manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Interior e das Finanças, que o quadro do pessoal de direcção e chefia do Dispensário Central de Higiene Social de Lisboa passe a ter a seguinte constituição:

Número de funcionários	Categorias	Vencimento segundo o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 115
1 3	Director . . . . . Chefe de serviços . . . . .	I L

### Observações

1) Esta portaria considera-se em vigor a partir da data da sua publicação no *Diário do Governo*.

2) No prazo de quinze dias proceder-se-á, por simples despacho ministerial, à distribuição do pessoal actualmente ao serviço pelos lugares previstos nesta portaria, na categoria quanto possível correspondente à que lhe competia e à função que já exerceia.

Ministério do Interior, 17 de Abril de 1956.— O Ministro do Interior, Joaquim Trigo de Negreiros.— O Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

### Gabinete do Presidente

Tendo-se verificado existirem inexactidões no texto do Decreto-Lei n.º 40 397, publicado pelo Ministério do Interior, Subsecretariado de Estado da Assistência Social, no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 24 de Novembro de 1955, e rectificado no *Diário do Governo*, 1.ª série, de 12 de Dezembro do mesmo ano, determino que os referidos lapsos sejam assim corrigidos:

No quadro do pessoal de direcção e chefia da Misericórdia de Lisboa, onde se lê:

c) O tesoureiro tem direito a gratificação e a abono para faltas, respectivamente, de 750\$ e 375\$ mensais, abrangidos pela revisão prevista no Decreto-Lei n.º 39 842, de 7 de Outubro de 1954.

deverá ler-se:

c) O tesoureiro tem direito a gratificação e a abono para faltas, respectivamente, de 750\$ e 250\$ mensais, sem prejuízo da revisão prevista no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 39 842, de 7 de Outubro de 1954.

Presidência do Conselho, 14 de Abril de 1956.— O Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar.

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção-Geral de Saúde

### Repartição dos Serviços Administrativos

#### Portaria n.º 15 823

Nos termos do disposto no artigo 1.º e seu § 2.º do Decreto-Lei n.º 31 913, de 12 de Março de 1942, e artigo 170.º do Decreto-Lei n.º 35 108, de 7 de Novembro

### Portaria n.º 15 824

Nos termos do disposto no artigo 1.º e seu § 2.º do Decreto-Lei n.º 31 913, de 12 de Março de 1942, e artigo 170.º do Decreto-Lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945: manda o Governo da República Portuguesa, pelos Ministros do Interior e das Finanças, que o quadro do pessoal de direcção e chefia do Dispensário Central de Higiene Social do Porto passe a ter a seguinte constituição:

Número de funcionários	Categorias	Vencimento segundo o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 115
1 3 1	Director . . . . . Chefe de serviços . . . . . Chefe de secretaria . . . . .	I L L

### Observações

1) Esta portaria considera-se em vigor a partir da data da sua publicação no *Diário do Governo*.

2) No prazo de quinze dias proceder-se-á, por simples despacho ministerial, à distribuição do pessoal actualmente ao serviço pelos lugares previstos nesta portaria, na categoria quanto possível correspondente à que lhe competia e à função que já exercia.

Ministério do Interior, 17 de Abril de 1956.— O Ministro do Interior, Joaquim Trigo de Negreiros.— O Ministro das Finanças, António Manuel Pinto Barbosa.

**Portaria n.º 15 825**

Nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31 913, de 12 de Março de 1942, e artigo 170.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que o pessoal não compreendido no quadro do Dispensário Central de Higiene Social de Lisboa seja distribuído pelo seguinte mapa:

Número de funcionários	Categorias	Vencimento segundo o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 115	Gratificação
<i>a) Pessoal administrativo:</i>			
1	Segundo-oficial . . . . .	N	
1	Fiel (a) . . . . .	S	
1	Escriturário de 1.ª classe . . . . .	S	
2	Escriturários de 2.ª classe . . . . .	U	
3	Catalogadores . . . . .	X	
<i>b) Pessoal médico:</i>			
3	Primeiros-assistentes . . . . .	—	1.800\$00
3	Segundos-assistentes . . . . .	—	1.500\$00
<i>c) Pessoal do serviço social:</i>			
1	Assistente social de 1.ª classe . . . . .	L	
1	Assistente social de 3.ª classe . . . . .	P	
5	Visitadoras sanitárias . . . . .	U	
<i>d) Pessoal de enfermagem:</i>			
1	Subchefe . . . . .	S	
2	Enfermeiras de 1.ª classe . . . . .	U	
2	Enfermeiros de 2.ª classe . . . . .	V	
4	Auxiliares de enfermagem . . . . .	X	
<i>e) Pessoal de laboratório:</i>			
1	Preparador . . . . .	R	
1	Auxiliar de laboratório . . . . .	V	
<i>f) Pessoal menor:</i>			
1	Continuo de 2.ª classe . . . . .	X	
3	Serventuários de 2.ª classe . . . . .	X	
4	Serventes . . . . .	Y	

(a) Desempenhará também as funções de tesoureiro, tendo direito ao abono mensal de 150\$ para faltas.

**Observações**

1) Esta portaria considera-se em vigor a partir da data da sua publicação no *Diário do Governo*.

2) No prazo de quinze dias proceder-se-á, por simples despacho ministerial, à distribuição do pessoal actualmente ao serviço pelos lugares previstos nesta portaria, na categoria quanto possível correspondente à que lhe competia e à função que já exercia.

3) Além do pessoal previsto neste mapa, poderá ser admitido, em regime de prestação de serviço, o pessoal estritamente indispensável à execução dos serviços, o qual será dispensado logo que cessasse o motivo da admissão.

4) As gratificações constantes desta portaria não são abrangidas pela revisão prevista no Decreto-Lei n.º 39 842, de 7 de Outubro de 1954.

Ministério do Interior, 17 de Abril de 1956.—O Subsecretário de Estado da Assistência Social, José Guilherme de Melo e Castro.

**Portaria n.º 15 826**

Nos termos do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31 913, de 12 de Março de 1942, e artigo 170.º

e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 35 108, de 7 de Novembro de 1945: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Interior, que o pessoal não compreendido no quadro do Dispensário Central de Higiene Social do Porto seja distribuído pelo seguinte mapa:

Número de funcionários	Categorias	Vencimento segundo o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 26 115	Gratificação
<i>a) Pessoal administrativo:</i>			
2	Escriturários de 1.ª classe . . . . .	S	
1	Fiel (a) . . . . .	S	
1	Encarregado de depósito de medicamentos . . . . .	U	
1	Escrivário de 2.ª classe . . . . .	U	
4	Catalogadores . . . . .	X	
<i>b) Pessoal médico:</i>			
3	Primeiros-assistentes . . . . .	—	1.800\$00
6	Segundos-assistentes . . . . .	—	1.500\$00
<i>c) Pessoal de laboratório:</i>			
1	Chefe do laboratório . . . . .	—	1.800\$00
1	Anatómo-patologista . . . . .	—	900\$00
1	Analista . . . . .	—	1.400\$00
3	Preparador . . . . .	—	1.200\$00
1	Auxiliares de laboratório . . . . .	V	
1	Servente . . . . .	Y	
<i>d) Pessoal do serviço social:</i>			
1	Assistente social de 1.ª classe . . . . .	L	
1	Assistente social de 3.ª classe . . . . .	P	
5	Visitadoras sanitárias . . . . .	U	
<i>e) Pessoal de enfermagem:</i>			
1	Enfermeira de 1.ª classe . . . . .	U	
3	Enfermeiros de 2.ª classe . . . . .	V	
3	Auxiliares de enfermagem . . . . .	X	
<i>f) Pessoal dos serviços técnicos auxiliares:</i>			
2	Auxiliares de fisioterapia . . . . .	V	
<i>g) Pessoal diverso:</i>			
1	Telefonista . . . . .	X	
<i>h) Pessoal menor:</i>			
1	Continuo de 2.ª classe . . . . .	X	
1	Servente . . . . .	Y	
3	Auxiliares de limpeza . . . . .	Z	

(a) Desempenhará também as funções de tesoureiro, tendo direito ao abono mensal de 150\$ para faltas.

**Observações**

1) Esta portaria considera-se em vigor a partir da data da sua publicação no *Diário do Governo*.

2) No prazo de quinze dias proceder-se-á, por simples despacho ministerial, à distribuição do pessoal actualmente ao serviço pelos lugares previstos nesta portaria, na categoria quanto possível correspondente à que lhe competia e à função que já exercia.

3) Além do pessoal previsto neste mapa, poderá ser admitido, em regime de prestação de serviço, o pessoal estritamente indispensável à execução dos serviços, o qual será dispensado logo que cessasse o motivo da admissão.

4) As gratificações constantes desta portaria não são abrangidas pela revisão prevista no Decreto-Lei n.º 39 842, de 7 de Outubro de 1954.

Ministério do Interior, 17 de Abril de 1956.—O Subsecretário de Estado da Assistência Social, José Guilherme de Melo e Castro.